

ANO NOVO E CRISE VELHA

*** Roberto Rodrigues**

Na segunda quinzena de dezembro foram realizadas várias reuniões, em todo o país, de instituições ligadas ao agronegócio – tanto públicas quanto privadas – com o objetivo de prospectar os impactos da crise financeira mundial sobre o setor.

Entre elas, a do CONSEAGRI (Conselho Nacional de Secretários de Estado da Agricultura) e o COSAG (Conselho Superior do Agronegócio da FIESP).

Da primeira, três temas se destacaram:

- revisão e aplicação plena dos Preços Mínimos, para reduzir os riscos da safra em andamento e para facilitar a liberação, pelos bancos, de crédito rural.
- adoção de Contrato de Opções de Compra – com valores que garantam a renda mínima – de todos os produtos incluídos na PGPM.
- criação de um mecanismo de subsídio aos fertilizantes, como já ocorre na China e na Índia, como forma de mitigar o forte aumento dos preços destes insumos.

No COSAG, as principais lideranças setoriais discutiram os reflexos da crise sobre 5 cadeias produtivas: grãos (incluindo algodão), carnes, cana-de-açúcar, café e leite. E, para cada uma delas, foram ouvidos representantes dos produtores rurais e das indústrias/exportadores.

Quase todos os expositores mostraram grande confiança no futuro de longo prazo, mas preocupação neste ano, especialmente grãos, quanto ao custo de produção e escassez de crédito, além da total falta de previsibilidade sobre os preços a serem praticados na colheita. Dois outros setores apresentaram maiores problemas:

- o sucro-alcooleiro, pelo endividamento das usinas e baixos preços da cana.
- a suinocultura, em função do fechamento do mercado russo, nosso principal importador, e as complicadas negociações para alcançar mercados asiáticos.

As questões recorrentes para todos foram:

- dificuldades de crédito: embora fossem anunciados volumes satisfatórios, estes não chegaram aos produtores.
- necessidade de política de renda, com ênfase para a PGPM e a efetivação do Seguro Rural, incorporando a garantia de renda.
- necessidade de trabalho mais intenso dos órgãos do governo em algumas áreas específicas.

* agilização no setor da defesa sanitária.

* estratégia de governo em defesa do setor rural, e não apenas do Ministério da Agricultura.

Este último ponto é muito importante: o Ministro da Agricultura não decide sobre orçamento, sobre liberação de recursos, sobre preços mínimos, sobre taxas de juro e de câmbio, sobre estradas, ferrovias e portos, sobre negociações internacionais, sobre mecanismos de comércio, sobre invasão de

terras, sobre florestas plantadas, sobre biocombustíveis, sobre áreas indígenas, quilombolas, ambientais e um sem número de matérias que complicam a vida dos agricultores.

E a falta de entrosamento entre os organismos responsáveis por tudo isto provoca as cíclicas crises do campo.

Pois bem. Este é o cenário, neste começo de ano. Mas também é nesta época que pessoas e entidades fazem promessas de melhoria.

Vamos rezar para que, neste 2009 que se inicia, as lideranças rurais se organizem cada vez mais e melhor para trabalhar, junto ao executivo e ao legislativo, na direção desta política articulada que permitirá atravessar os problemas de curto prazo para que o agronegócio chegue vigoroso às previsões otimistas de longo prazo.

Sejam estes os temas que lastreiem os votos de Feliz Ano Novo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**